

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Ricardo Stuckert/PR



Lula no meio da roda de oração evangélica

Aproximação com evangélicos é pela economia

O deputado Otoni de Paula (MDB-RJ) puxou a oração. Com as mãos levantadas, como fazem nas situações de louvor, os evangélicos presentes oraram, com Lula, de olhos fechados, bem no meio da roda. A solenidade de sanção da lei que cria o Dia Nacional da Música Gospel é o primeiro ato político concreto desde que, no início do ano, o governo fez mudanças

na sua estratégia de comunicação para se aproximar do mundo evangélico. Na ocasião, mudou o slogan do governo para "Fé no Brasil", e a aproximação se iniciou. Um dos grandes articuladores desse movimento é o advogado-geral da União, Jorge Messias, que é da Igreja Batista. Messias é um dos responsáveis pela aproximação com Otoni de Paula.

Boa vontade

Otoni de Paula ainda não se declara da base do governo. Mas foi mais do que nítida a boa vontade demonstrada por Otoni de Paula agora com Lula. Que já tinha ficado sinalizada quando declarou no Rio de Janeiro apoio à reeleição de Eduardo Paes, do PSD.

Senha

Na solenidade, Otoni deu a senha de por onde o governo pretende se aproximar da comunidade evangélica, especialmente daquela mais carente, que vive nas periferias. Será pela economia. Por uma forte estratégia que traduza os avanços para a rotina das pessoas.

Igreja Evangélica Deus das Nações



Evangélicos são maioria entre os mais pobres

Avanços para os "mais pobres e necessitados"

De acordo com uma pesquisa feita pelo Datafolha em 2020, o percentual de evangélicos na população que ganha até dois salários mínimos é maior que a daqueles que se declaram católicos. Segundo o dado, 48% dos que vivem nessa faixa de renda pertencem a alguma igreja evangélica. É, portanto, exatamente por

ai que Otoni de Paula deu a senha. "A maioria dos evangélicos não votou no senhor. E o senhor sabe disso. Mas talvez estejamos entre os brasileiros mais contemplados pelos programas sociais do seu governo, já que os mais pobres e necessitados (...) formam a maioria esmagadora dos nossos irmãos", disse o deputado.

Tradução

A ideia agora é fazer um grande esforço para transformar números em coisas palpáveis que a população consiga enxergar e entender os benefícios. Pouco adianta dizer simplesmente que o PIB subiu ou somente índices de inflação. Encontrar um discurso é o desafio.

Família

Algumas avaliações que têm sido feitas no governo buscam demonstrar que a ideia de família tradicional adotada pelos evangélicos é, de certa forma, um mecanismo de proteção. Os mais pobres são muito pressionados e vivem uma grande situação de risco cotidiano.

Briga

Se vai conseguir, é algo difícil ainda de dizer. Mas Lula está disposto a comprar a briga com setores de esquerda para frear um pouco o discurso identitário, que não é bem compreendido pelos evangélicos de baixa renda. A ideia é retomar mais as pautas sociais.

Crime

É claro que famílias estruturadas não precisam ser somente as formadas por pai homem, mãe mulher e seus filhos. Mas é esse o discurso feito. E ele faz sentido para uma população que vive onde o crime tenta se beneficiar de famílias desestruturadas para aliciar pessoas.

Braga adia reforma tributária uma semana

Senador está de licença médica. Tempo vai ficando mais curto

Lula Marques/ Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

O relator do projeto de lei complementar que regulamenta a reforma tributária (PLP 68/2024) no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), adiou a entrega do plano de trabalho para tratar sobre o tema na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado para a próxima quarta-feira (23). Inicialmente, o plano seria discutido nesta quarta-feira (16). O senador alegou um problema de saúde para o adiamento, a necessidade de uma cirurgia que não estava prevista.

O parlamentar realizou uma operação para retirada de uma hérnia de disco e de um cisto. Havia a expectativa de que ele participasse de maneira remota da reunião da CCJ. Porém, por determinação médica, Eduardo Braga está de licença sem poder atuar em suas funções até domingo (20).

Com isso, a comissão começará a discutir o tema somente na próxima semana. Todavia, até o momento, segundo Braga, isso não muda a previsão de aprovar o texto até dezembro deste ano, "conforme foi acertado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco [PSD-MG], e o presidente da CCJ, senador Davi Alcolumbre [União Brasil-AP]".

Atrasos

Inicialmente, a previsão era que o texto fosse aprovado no plenário do Senado na primeira semana de novembro. Porém, com a aproximação do segundo turno das eleições municipais, o Congresso Nacional travou a pauta para que os parlamentares que estejam envolvidos nas eleições possam retornar a seus redutos eleitorais. Com a trava



Braga está de licença médica por causa de uma cirurgia

na pauta eleitoral, a previsão para a votação do PLP 68 foi adiada para dezembro.

O projeto implementa os novos tributos IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), CBS (Contribuição Social sobre Bens e Serviços) e IS (Imposto Seletivo), definindo as suas alíquotas e excepcionalidades.

Além disso, também falta o Senado votar o segundo texto que regulamenta a reforma tributária (PLP 108/2024), que organiza o Comitê Gestor do IBS (CG-IBS). Este comitê, formado por representantes de todos os estados, será responsável por coordenar a arrecadação, fiscalização, cobrança e distribuição do tributo aos entes federados, elaborar a metodologia e o cálculo da alíquota e outras atribuições.

Atualmente o segundo texto está na Câmara dos Deputados. A Casa aprovou o texto base antes do primeiro turno eleitoral, mas falta votar os des-

taques do texto, apresentados pelos parlamentares. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), voltará a pautar a conclusão do projeto após o Senado votar a primeira proposta. Segundo o Estadão/Broadcast, Lira assim determinou como uma resposta ao que ele julgou ser uma demora dos senadores para apreciar o texto entregue pelos deputados federais.

Tanto Arthur Lira quanto Rodrigo Pacheco querem deixar a reforma tributária como um legado de seus mandatos à frente da Câmara e do Senado, que se encerra em fevereiro de 2025.

Mudanças

O PLP 68 já acumula 1.400 emendas apresentadas pelos senadores. Diante desse quadro, a expectativa é que tanto o relatório final – composto pelo relator Eduardo Braga em discussão na CCJ e com sugestões propostas pelo grupo de traba-

lho da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que vem realizando audiências públicas para tratar do tema – passe por mudanças, fazendo com o que o texto retorne para a Câmara dos Deputados.

Dentre as principais mudanças, os senadores devem retirar as carnes vermelhas da cesta básica de alíquota zero e passá-la para a cesta básica com alíquota reduzida de 60%. A medida visa impedir uma possível elevação da alíquota base acima de 26,5%. Além disso, carros elétricos devem ser retirados dos produtos da lista do Imposto do Pecado, tributo que terá uma alíquota maior para produtos que sejam prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Para que as alterações não sejam revertidas na Câmara, o relator do projeto e demais senadores devem negociar com Arthur Lira para que o relatório final seja um consenso.

Moraes determina extradição de brasileiros foragidos

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

Atendendo a pedidos da Polícia Federal (PF), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou a extradição de 63 brasileiros que estão foragidos na Argentina. Esses brasileiros são investigados por participarem dos atos antidemocráticos contra a sede dos Três Poderes, em Brasília, em 8 de janeiro de 2023. Nesta quarta-feira (16), a embaixada do Brasil em Buenos Aires, capital argentina, começou a receber os pedidos de Moraes, encaminhados e tratados de maneira individual.

Em junho deste ano, o governo brasileiro recebeu do governo argentino uma lista com os nomes de pessoas procuradas pela Justiça brasileira que estavam no território vizinho. Nisso, a PF iniciou a elaboração do pedido de extradição enviado à Suprema Corte.

A principal suspeita é que os investigados quebraram as torneleiras eletrônicas que usavam. A polícia ainda estima que essas pessoas conseguiram cruzar a fronteira dentro de porta-malas de carros, atravessando pelo rio Paraná – que separa o Brasil da Argentina – ou caminhando pela ponte na fronteira. Além disso, a Polícia Federal trabalha com a possibilidade de 180 pessoas envolvidas nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 estarem tam-



Caberá ao governo argentino aceitar o pedido de Moraes

bém foragidas na Argentina, Uruguai e Paraguai.

Os agentes também não descartam a possibilidade de os foragidos terem pedido asilo na Argentina e que outros possam ter cruzado as fronteiras do Uruguai e do Paraguai já que, na avaliação dos policiais, há facilidade em cruzar as fronteiras, principalmente a Ponte da Amizade, que liga Foz do Iguaçu no Brasil com Ciudad del Este no Paraguai, passando sobre o rio Paraná.

Argentina

O pedido de extradição exige um longo processo. Pri-

meiro, o ministro encaminha a solicitação para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Esse processo é realizado pelo Ministério da Justiça, que faz a primeira análise, formata o pedido e o entrega para o Ministério das Relações Exteriores. Nisso, o departamento encarregado leva o pedido às autoridades argentinas, através do ministro de Relações Exteriores (atualmente, ministro Mauro Vieira) e departamentos de Justiça e Cooperação Internacional.

Portanto agora, cabe ao presidente da Argentina, Javier Milei, definir se acatará a soli-

citação do magistrado brasileiro, ou não.

Ao Correio da Manhã, a advogada especialista em Direito Internacional Hanna Gomes explicou que "o governo argentino não tem obrigação de cumprir com o pedido de extradição".

"A extradição é um processo diplomático, um processo político entre os dois países, ou mais países que estiverem envolvidos em uma outra circunstância, por exemplo. Mas se trata de um ato soberano. Um país não pode interferir na decisão do outro, apenas requerer e esperar pela anuência, pela efetivação do pedido pelo outro país", explicou.

"Considerando que estamos em um momento sensível das relações bilaterais Brasil e Argentina, considerando as diferenças e a polarização política dos nossos dois governos, fica, sim, uma dúvida sobre o cumprimento desse pedido de extradição", completou Hanna.

O cientista político Kleber Carrilho concorda com esse ponto de vista. Para a reportagem, Carrilho comentou que "se a decisão passar por Milei, dificilmente o pedido [de Moraes] será acatado".

"Porém, os caminhos podem ser institucionais, e então isso seria decidido pela justiça argentina, sem interferência do presidente", ponderou o cientista político.